PROJETO DE LEI N° , DE 2015
(Da Sra. CONCEIÇÃO SAMPAIO)

Altera o § 2º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (“Lei de Crimes Ambientais”), incluindo combustíveis e inflamáveis entre os produtos ou substâncias que constituem casos de aumento de pena do tipo penal previsto no caput do artigo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (“Lei de Crimes Ambientais”), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 56.....

.....
§ 2º *Se o produto ou a substância for nuclear, radioativa, combustível ou inflamável, a pena é aumentada de um sexto a um terço.*

..... ” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

É público e notório que o armazenamento e o transporte de combustíveis e outras substâncias inflamáveis no Brasil e sobretudo na Amazônia, ocorrem de maneira bastante precária e em desacordo com as exigências legais.

Tal precariedade acaba por gerar acidentes, alguns de graves proporções, muitas vezes culminando em numerosas vítimas fatais.

A preocupação com a fragilidade do transporte fluvial na Amazônia tem sido objeto de várias discussões nesta Casa, sem contudo conseguir mudar esta triste realidade.

Neste sentido, uma das formas de buscar superar essa precariedade é dar um tratamento legal mais rigoroso ao armazenamento e transporte irregulares de combustíveis e outras substâncias inflamáveis, que, de forma genérica, já está tipificada pelo art. 56 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (“Lei de Crimes Ambientais”), que assim estatui:

Art. 56. Produzir, processar, embalar, importar, exportar, comercializar, fornecer, transportar, armazenar, guardar, ter em depósito ou usar produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou nos seus regulamentos:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem abandona os produtos ou substâncias referidos no *caput*, ou os utiliza em desacordo com as normas de segurança.

§ 2º Se o produto ou a substância for nuclear ou radioativa, a pena é aumentada de um sexto a um terço.

§ 3º Se o crime é culposo:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

O objetivo deste projeto de lei é, portanto, dar aos combustíveis e a outros produtos ou substâncias inflamáveis o mesmo tratamento (de aumento de pena) previsto para os produtos ou substâncias nucleares ou radioativas, conforme o § 2º do dispositivo citado.

Dada a relevância do tema e considerando que similar proposta da Dep. Rebecca Garcia foi aprovada pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e obteve pareceres pela aprovação na Comissão de Constituição e Justiça na legislatura anterior, tivemos a iniciativa de submeter novamente a matéria a apreciação e contamos com o apoio dos nobres Pares para o eventual aperfeiçoamento e a rápida aprovação da Proposição.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2015.

Deputada CONCEIÇÃO SAMPAIO.